

Universidade

## Sindicato discute plataforma dos trabalhadores com reitoráveis

Confira nesta edição o caderno especial sobre a sucessão na Unicamp e os posicionamentos dos candidatos ao principal cargo dirigente da Universidade frente aos questionamentos apresentados pelo sindicato \* STU, Adunicamp e DCE convidam toda a comunidade para debates entre os reitoráveis.

Ataque  
a direitos



Acordo Coletivo Especial  
é golpe na legislação  
trabalhista

Página 3

Combate ao  
racismo



A luta pelas cotas nas  
universidades paulistas

Página 6

8 de março



O necessário enfrentamento  
à violência sexista

Página 8



Daniilo Santos

Acima, representantes das entidades de docentes, estudantes e técnico-administrativos durante as entrevistas com os quatro candidatos ao cargo de reitor da Unicamp (abaixo).



Rodrigo Cruz

Mário Saad



Daniilo Santos

Edgar De Decca



Bruno Castanho

José Tadeu Jorge



Daniilo Santos

José Claudio Geromel

### CLT/CLE: Mudança de regime não pode prejudicar servidores

Sindicato cobra da reitoria divulgação dos estudos para alteração do regime de contratação de servidores. Preocupação é não repetir caos ocorrido na Unesp na década de 1990 (Página 4)



Renato Alves/MTE

Roda de samba anima Barão Geraldo (Página 7)

**“Andam dizendo no morro /  
Que a vida vai melhorar /  
Até falaram pro povo /  
Que não vai ser como está”**  
(Sambista mais novo, Elton Medeiros)

## Editorial

# Com a palavra os reitoráveis

Esta edição do **Jornal do STU** é publicada em meio ao debate sobre quem comandará a reitoria nos próximos quatro anos. Em toda a Universidade, os quatro candidatos fazem campanha, reuniões e pronunciamentos sobre os problemas da Unicamp. Nós, funcionários, queremos compromissos.

O STU solicitou aos concorrentes posicionamento por escrito sobre cada ponto tratado na plataforma aprovada na assembleia realizada no dia 13 de novembro. O objetivo é garantir que a categoria

**“Cobramos dos candidatos a reversão do modelo privatista que vem avançando na Universidade”**

saiba o que pensa cada um dos candidatos sobre as principais demandas dos trabalhadores técnico-administrativos: como a isonomia salarial com a USP e entre todos os servidores da Universidade/Funcamp, melhores condições de trabalho e jornada de 30 horas semanais na Área da Saúde, fim das punições e perseguições,

investimento na recuperação do Sistema de Educação Infantil, etc.

Queremos compromisso dos candidatos também de estabelecer uma relação respeitosa para com as entidades representativas na Unicamp. Após a gestão Fernando Costa – uma das piores que a Universidade já viveu e que trouxe uma série de retrocessos, especial-

mente no tocante aos direitos dos técnico-administrativos – é necessário que o próximo reitor se comprometa a estabelecer canais efetivos de negociação com o STU e demais entidades.

Também cobramos dos candidatos compromisso com a reversão do modelo privatista que vem avançando na Universidade e que se expressa na autarquização da área da saúde, nas terceirizações e na multiplicação de fundações que exploram o espaço público em benefício de segmentos privados.

**Vamos à luta!**

## Comunicação

# Acesse o novo site do STU e curta nossa fan page no Facebook

O novo site do sindicato na internet oferece um layout mais dinâmico e um projeto editorial mais adequado às necessidades de divulgação das iniciativas do STU junto à categoria. A nova organização por cores facilita a localização de conteúdos, que também aparecem com maior evidência. O site foi ainda integrado às redes sociais utilizadas pelo sindicato, com destaque para o Facebook e o Youtube. As notícias agora passam a ser exibidas de acordo com a ordem cronológica, evitando a permanência de material antigo na página inicial do site.

O perfil do sindicato no Facebook também foi transformado numa *fan page*, possibilitando maior interação com os usuários e



divulgação de campanhas.

Acesse e avalie o novo site, que continua com o mesmo endereço ([www.stu.org.br](http://www.stu.org.br)), curta e compartilhe nossa fan page ([stu.unicamp](https://www.facebook.com/stu.unicamp)).

## Imagens



Vladimir Platonov/ABr



Wilson Dias/ABr

**TRAGÉDIAS ANUNCIADAS** – As duas principais tragédias que marcaram o início de 2013 evidenciaram mais uma vez o descaso dos poderes públicos para com a população. A enchente na Baixada Fluminense, que atingiu mais fortemente o município de Xerém, repetiu o que todos os anos vem se tornando marca do verão brasileiro sem que os governos municipais, estaduais e federal tomem providências efetivas, para além dos discursos que aparecem na mídia. E o incêndio na boate gaúcha que matou mais de 230 jovens jogou luzes sobre o mercado da falta de fiscalização a empreendimentos comerciais que fazem circular muito dinheiro. Mercado movido, na maior parte das vezes, a altas somas de propinas. Os dois casos serão brevemente esquecidos pela mídia. É fundamental que a população não se esqueça e cobre a punição de todos os responsáveis.

## EXPEDIENTE

**JORNAL DO STU É UMA PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP**  
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 800, Ciclo Básico I - Cidade Universitária Zeferino Vaz  
Barão Geraldo, Campinas/SP - CEP: 13.081-970 – Caixa Postal 6167. Tel: (19) 3521-7412 /  
3521-7147 / 3289-4242 / 3289-3502. Ramais: 17694 / 17147 / 17412.  
**INTERNET:** [www.stu.org.br](http://www.stu.org.br) **EMAIL:** [imprensa@stu.org.br](mailto:imprensa@stu.org.br) **FACEBOOK:** [stu.unicamp](https://www.facebook.com/stu.unicamp)

### DIRETORIA GESTÃO “Vamos à Luta!”

Antônio (Toninho) Alves  
Paulo Gouveia  
Diego Assis  
Patrícia Lemos  
Gustavo Henrique  
Felipe Cardoso  
Reginaldo Alves (Biroska)  
Danielle Consolino  
Rosiani de Souza

Rosana Aranha  
Tatiane Moraes Farias  
Maria Edith de Almeida  
Danilo Negreti  
Luiz Gonzaga de Oliveira  
Wilson Kawai  
Antônio Benedito (Santão)  
Evandro Marques (Salsicha)  
Iuriatan (Iuri) Muniz  
Ivete dos Santos  
Michel Pena

Reginaldo César  
Jamilson Alves  
Henrique Faria  
Daniel Monte Cardoso  
Eraldo Mariano  
Antônio Prado (Bauru)  
Civaldo Gomes (Maradona)  
Eliana Palhares  
Edson Nogueira (Kung Fu)  
Jorgias Alves (Mike)

**COORDENAÇÃO DE IMPRENSA:** IURIATAN MUNIZ (IURI), DANIELLE IWAMURA CONSOLINO, REGINALDO NASCIMENTO (BIROSKA) E DIEGO ASSIS

**EDIÇÃO:** LUCIANA ARAÚJO **TEXTOS:** FERNANDA DE FREITAS, LUCIANA ARAÚJO E RODRIGO CRUZ. **COLABORADOR NESTA EDIÇÃO:** TÚLIO BUCCHIONI.

**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** VINÍCIUS SOUZA E LEON CUNHA

**TIRAGEM:** 9.000 EXEMPLARES **IMPRESSÃO:** FORMA CERTA

## Direitos

# Acordo Coletivo Especial é nova tentativa de flexibilização

**Caso seja aprovado no Congresso, projeto de lei idealizado pela principal entidade sindical da CUT pode trazer graves retrocessos aos trabalhadores brasileiros.**

**Rodrigo Cruz**

Proposto pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), o projeto de lei 4.193/2012, em tramitação na Câmara dos Deputados, pretende alterar a legislação trabalhista criando o Acordo Coletivo Especial. O ACE autoriza os sindicatos a negociar com as empresas acordos coletivos cujas cláusulas desconsiderem a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O projeto, que conta com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), tem causado polêmica no movimento sindical por remeter à proposta de mudança do artigo 618 da CLT que o governo Fernando Henrique Cardoso tentou aprovar no Congresso Nacional em seu segundo mandato para que prevalecesse o negociado sobre o legislado. À época a proposta foi derrotada pela CUT tendo à frente o sindicato que deu origem à Central, com as greves da década de 1980 que catapultaram a figura do ex-presidente Lula como a principal liderança sindical do país.

Agora, a proposta cutista chega exatamente no momento em que o governo Dilma busca estimular ao máximo o investimento empresarial no país sob a alegação do combate à crise internacional e manutenção dos índices de crescimento econômico dentro das metas estipuladas pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central. Com isso, cresce a pressão para que a base do governo aprove, em 2013, projetos que afrouxem os direitos previstos pela CLT e enfraqueçam as entidades sindicais. Além do ACE, tramitam no Congresso a proposta que regulamenta a terceirização em todos os tipos de atividades dentro de uma empresa e diversos projetos que regulamentam a greve no serviço público de forma a praticamente impedir que esse tipo de movimento reivindicatório aconteça, entre outros ataques (ver mais no box).

### Ataque a direitos históricos

De acordo com a cartilha lançada pelo SMABC sobre o ACE, as mudanças são necessárias para que o sindicato e as empresas possam es-



Leon Cunha

tabelecer acordos que respondam às suas necessidades específicas com a “indispensável segurança jurídica”. Na prática, o projeto visa evitar processos movidos por trabalhadores ou pelo Ministério Público do Trabalho para anular acordos coletivos que firam a legislação em vigor. Com isso, direitos como as férias remuneradas, passariam a depender de um acordo específico.

### Roupage miltante

Para tornar o Acordo Coletivo Especial mais palatável, CUT e SMABC deram ao projeto uma nova roupagem. Por isso, os sindicatos interessados em aderir ao novo regime de negociação deverão demonstrar que

representam mais da metade da categoria (em número de trabalhadores filiados) e manter um comitê sindical no interior da empresa com a qual pretendem negociar, o que segundo os proponentes é um estímulo a organização no local de trabalho. O argumento, no entanto, ignora o fato de que as empresas muito provavelmente aceitarão qualquer tipo de organização dos trabalhadores caso enxerguem nesse modelo a possibilidade de fechar acordos coletivos mais vantajosos.

Caso seja aprovado, o Acordo Coletivo Especial deve valer inicialmente para o setor privado, mas como as contratações na Unicamp há anos são feitas pela CLT, os servidores da Universidade sob este regime poderão ser afetados também.

## Congresso Nacional discute outros ataques a direitos trabalhistas e de greve

Além do Acordo Coletivo Especial, o Congresso Nacional discute ainda outros projetos de lei que atacam direitos. Conheça abaixo algumas das mais graves proposições que vêm sendo debatidas por deputados e senadores.

**PL 4330/2004** – regulamenta a terceirização inclusive de atividades fim e mantém a chamada responsabilidade subsidiária do contratante em relação às atividades trabalhistas.

**PL 948/2011** – impede que o empregado demitido possa reclamar na Justiça do Trabalho.

**PL 1.463/2011** – cria o Código do Trabalho e flexibiliza os direitos trabalhistas com a prevalência do negociado sobre o legislado.

**PL 3.785/2012** – cria o contrato intermitente, que formaliza o trabalho eventual e por hora trabalhada.

**PL 4.193/2012** – assegura o reconhecimento das convenções

e acordos coletivos com prevalência sobre o legislado.

**PLS 252/2012** – modifica o prazo de duração dos mandatos sindicais e altera critérios para eleições nas organizações sindicais.

**PLS 710/2011, 83/2007 e 84/2007 (entre outros)** – regulamentam a greve no serviço público sob regras mais rígidas que as da iniciativa privada (como percentual mínimo de funcionamento, criação de “setores e atividades essenciais” que não podem parar e exigência de comunicação de paralisações com 15 dias de antecedência).

Fonte: Diap

## Direitos

# Sindicato cobra transparência no debate sobre mudança de CLT para CLE

**Após anúncio da possibilidade de servidores contratados sob as regras da CLT passarem ao quadro estatutário, sindicato quer que a categoria tenha acesso à íntegra dos estudos realizados pela reitoria.**

**Luciana Araújo**

Na última reunião do Conselho Universitário (Consu) ocorrida em 2012 o pró-reitor de Desenvolvimento Universitário, Roberto Rodrigues Paes, anunciou que a reitoria estuda efetivar a passagem de servidores técnico-administrativos contratados em regime CLT entre 1985 e 04 de outubro de 1988 para o regime estatutário. Ainda na reunião, a Diretora Geral de Recursos Humanos, Patrícia Morato, afirmou ter encaminhado à Pró-Reitoria uma proposta a ser submetida à Procuradoria Geral da Universidade.

A notícia foi comemorada pelos trabalhadores que poderiam ser alcançados pela medida e, por isso, o STU considera ainda mais importante que todo o debate e as análises sobre essa possibilidade sejam discutidas com o conjunto da categoria. Na própria reunião do CONSU o representante do sindicato, Paulo Gouveia, pediu acesso à proposta da DGRH. Posteriormente, a direção do sindicato encaminhou ofício formalizando o pedido. “A única resposta da reitoria foi dada de forma oral na 275ª sessão da CAD, que ocorreu no dia 5 de fevereiro. Na oportunidade a reitoria disse que os estudos não foram finalizados, mas no CONSU, a coordenadora da DGRH disse já ter enviado uma proposta à PRDU. Queremos essa proposta”, ressalta o diretor Iuritan Muniz.

A mudança de regime é uma reivindicação antiga desse segmento da categoria, e também desejada pelo

conjunto dos servidores tendo em vista a garantia de estabilidade no emprego (conquista retirada dos trabalhadores contratados em regime celetista pela ditadura militar). No entanto, as diversas administrações sempre se negaram a abrir esse debate. Inclusive a reitoria Fernando Costa, que nunca sequer dialogou com os servidores técnico-administrativos. Agora, às vésperas da consulta para nomeação do novo reitor e logo após a aprovação do regime de previdência complementar privado para o funcionalismo estatutário (SPPrevCom), o debate é aberto na administração da Unicamp sem acesso à categoria e ao sindicato. “Nossa preocupação é que possa haver problemas que não estão sendo avaliados, como já houve em outros momentos. Queremos garantias de que os servidores não terão nenhum tipo de prejuízo e de que isso não seja só promessa eleitoral. E isso o trabalhador só tem condição de saber se

tiver acesso ao documento formulado pela DGRH e anunciado pelo pró-reitor Paes”, ressalta Paulo Gouveia, também diretor do sindicato.

A origem da preocupação da direção do sindicato é o fato de que nos últimos anos o desmonte dos serviços públicos tem levado também à precarização das condições de trabalho e aposentadoria do funcionalismo. A paridade foi praticamente extinta, os trabalhadores estão sujeitos ao teto remuneratório legal, dependem de lei orçamentária para ter aumento salarial e agora as aposentadorias se enquadram na lógica do setor privado.

### **Servidores querem respeito à legislação**

Entre 1985 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Unicamp contratou servidores ora por meio de concursos realizados sob as regras do estatuto dos servidores públicos, ora sob a égide da CLT.

Desde 1989 a Universidade passou a contratar apenas pelas regras da CLT, por norma interna, o que fere as constituições federal e estadual, já que essa possibilidade legal foi autorizada apenas em 1998 pela emenda constitucional 19. Mesmo assim, a contradição jurídica aberta pela emenda em relação ao artigo 37 da Constituição é tema de ação direta de inconstitucionalidade que depende de julgamento do Supremo Tribunal Federal, que concedeu liminar garantindo a quem foi contratado a partir de 7 de março de 2008 o direito provisório de contratação pelo regime estatutário. A decisão do STF ainda depende de confirmação para que os efeitos da EC-19 sejam plenamente suspensos. Mesmo assim, no período que vai da promulgação da Constituição até a edição da norma em debate no Supremo, a compreensão da direção do sindicato é de que todos os servidores deveriam ser somente estatutários.



*Ato durante a greve de 2011*

Leon Cunha

## Na história

# Docentes na Unesp tiveram prejuízos com mudança administrativa

A diretoria do STU defende a possibilidade de todos os servidores da Universidade poderem optar pelo regime estatutário. No entanto, tem a preocupação de que não aconteça na Unicamp o mesmo que aconteceu na Unesp, que na década de 1990 transferiu docentes contratados pela CLT para o regime estatutário daquela Universidade por meio de uma portaria. Passado algum tempo, o Ministério Público obteve decisão judicial

considerando nula a transposição pelo fato de que fora realizada sem concurso público.

Os professores que tinham sido beneficiados acabaram ficando num limbo, pois passaram a não ser nem celetistas e nem estatutários. A Universidade foi obrigada a realizar às pressas um concurso para legalizar a situação daqueles professores, mas houve casos de pessoas que não conseguiram voltar para o mesmo cargo

em que estavam antes da transferência e pessoas que não foram aprovadas.

Para remediar parte do prejuízo, muitos professores entraram com ações trabalhistas contra a Universidade, mas só puderam pedir o recolhimento do FGTS porque há uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho que estabelece que se um contrato de trabalho for anulado, o trabalhador só faz jus aos salários do período e ao FGTS. Benefícios

como licença-prêmio, quinquênios e sexta parte foram perdidos no período entre a anulação dos contratos e a nomeação daqueles docentes após aprovação em concurso.

Além disso, todos os servidores precisam estar informados que nenhum benefício do regime CLT que seja melhor do que os estabelecidos pelo regime estatutário poderá ser mantido no caso da mudança de quadro.

## Universidade

# Comunidade questiona política de segurança da Unicamp

**Usuários criticam terceirizações e reivindicam mais investimentos e debate sobre papel da guarda universitária.**

### Rodrigo Cruz

Há cerca de um ano, o funcionário da Gráfica Central Denis Forigo teve a bicicleta furtada em um dos pontos mais movimentados da Cidade Universitária, o Ciclo Básico. “Chegando lá, a segurança não me deixou entrar com a bicicleta. Então eu a preendi em frente do local, bem à vista da segurança. Mas quando voltei não havia nada: nem bicicleta, nem segurança”, explica Denis, que esteve no local para participar de uma plenária convocada pelo STU. “Eu havia acabado de pagar a última parcela da bicicleta, que é meu meio de transporte para o trabalho”.

De acordo com os profissionais de segurança entrevistados pela reportagem do STU, roubos, furtos, agressão física e verbal, sequestro relâmpago e até estelionato são alguns dos tipos de ocorrência que fazem parte das estatísticas da vigilância do campus de Barão Geraldo, em Campinas.

### Efetivo insuficiente e desrespeito

Para prevenir esses crimes, a Universidade conta com cerca de 200 trabalhadores da área, a maioria deles vigias terceirizados contratados pela Funcamp.

O último concurso para o cargo de vigilante, realizado há quase dois anos, não supriu a demanda e hoje existem apenas cerca de 60 profissionais concursados. Esse detalhe faz toda a diferença. O exercício da profissão do vigilante requer prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho, mediante a realização de curso preparatório, enquanto os vigias exercem uma atividade que não exige preparo técnico. O problema é que na Universidade, os vigias realizam praticamente a mesma função dos vigilantes, em condições de trabalho mais precárias, sem estabilidade e recebendo salários menores. Agora, por exemplo, após a aprovação da lei que garante o adicional de periculosidade para os vigilantes (30% sobre os vencimentos), a Unicamp informou na última reunião da CAD que o percentual não será

implementado na Universidade porque os trabalhadores são contratados como vigias e não como vigilantes. O STU considera a manobra um desrespeito aos trabalhadores e verifica as medidas cabíveis para assegurar o direito dessa parcela da categoria.

Para Mariana Toledo, estudante do curso de Letras e membro do Coletivo Feminista Rosa Lilás, do DCE e do Centro Acadêmico da Linguagem (CAL), é necessária a contratação de vigilantes via concurso público para que criem vínculos com a unidade onde trabalham. “Hoje, isso é impossível devido à lógica do trabalho terceirizado, em que os seguranças permanecem poucos meses em cada unidade e têm que passar por todas elas”, argumenta.

### Mulheres apontam negligência da reitoria

Um dos pontos mais criticados pela comunidade em relação à política de segurança da Unicamp é o foco na segurança patrimonial em detrimento da proteção às pessoas. Em agosto de 2011 um ato com mais de mil participantes cobrou da reitoria e das autoridades policiais de Campinas uma solução para os numerosos casos de estupro no distrito de Barão Geraldo e na Cidade Universitária. Na ocasião, as estudantes protocolaram na reitoria uma pauta de reivindicações que incluía a volta da escolta noturna, poda dos mata-gais, a disponibilização de uma linha de ônibus circular noturno com destino aos principais bairros de Barão Geraldo, mais iluminação nos campi e na moradia.

Como resultado dessa mobilização, foi implantada no início de 2012 uma linha circular noturna cujo trajeto cobre os principais bairros de Barão Geraldo, especialmente aqueles onde há repúblicas estudantis. De acordo com Mariana Toledo, a medida diminuiu bastante os casos de estupros e sequestros relâmpagos entre as estudantes, mas alguns problemas persistem. Ela destaca a negligência da Universidade em relação aos trotes machistas, homofóbicos e humilhantes por que passam as calouras e calouros todos os anos.



Leon Cunha

*Durante as greves e mobilizações, a segurança da Unicamp é utilizada mais como guarda privada da reitoria que propriamente como segurança patrimonial, inclusive na repressão aos movimentos.*

## Participação

### Servidores querem debater segurança do campus

Os entrevistados ouvidos pelo **Jornal do STU** avaliam que essas questões poderiam ser superadas caso a reitoria e a Prefeitura do Campus criassem instrumentos de participação da comunidade universitária na formulação de políticas de segurança. A reportagem procurou a Prefeitura do Campus para obter os dados oficiais das ocorrências nos campi, a posição da reitoria em relação aos trotes violentos e informações sobre a realização de novos concursos públicos para a área da segurança, mas até o fechamento desta edição não obteve retorno do órgão.

**“Vem, que o sol raiou /  
Os jardins estão florindo /  
Tudo faz pressentimento /  
Que este é o tempo ansiado / De se ter felicidade”**  
(Pressentimento, Elton Medeiros)

## Combate ao racismo

# Governo e universidades paulistas seguem desrespeitando lei de cotas

**Programa estadual de “inclusão por mérito” copiado da Unicamp é considerado inconstitucional e racista \*  
Deputados se comprometem a cobrar Cruesp e governador sobre o cumprimento da legislação de enfrentamento ao racismo no Estado.**

### Luciana Araujo e Túlio Bucchioni

Desde que foi anunciado, em dezembro do ano passado, o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp) vem gerando indignação nas entidades do movimento negro, especialistas na área de educação e juristas. No último dia 5 de fevereiro, a Frente Estadual Pró-Cotas de São Paulo realizou uma plenária na Câmara Municipal da capital para discutir iniciativas contra o projeto. O STU esteve representado pelo diretor Antônio Alves Neto (o Toninho).



Associação Pro Cotas do Estado de São Paulo

A proposta governamental foi elaborada por uma comissão do Conselho de Reitores (Cruesp), com base no modelo implementado na Unicamp – que também é questionado pelo STU e pelo movimento

negro da região. Segundo dados da Comissão Permanente para os Vestibulares da Universidade, apenas 15,6% de estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas se matricularam na Unicamp em 2012. O mesmo grupo representa 34,73% da população do Estado.

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal reconhecendo a constitucionalidade do sistema de cotas, a lei federal 12.711/2012 prevê que a quantidade de vagas destinadas à inclusão racial nas universidades federais deve ser definida de acordo com o percentual da população

que se declarou como da etnia em questão no Censo 2010. Os estados devem adotar legislação própria, mas devem levar em conta a necessidade de políticas de reparação pelas consequências dos 388 anos de escravidão no país.

Para vigorar, a minuta com as regras propostas para o Pimesp terá que ser aprovada pelos três conselhos universitários e, posteriormente, encaminhada à Assembleia Legislativa. No entanto, o governo quer votar o programa ainda este ano, para que a implementação

tenha início em 2014.

O STU acompanhará a tramitação e cobrará da próxima reitoria que abra o debate com o conjunto da comunidade universitária.

### PIMESP: Sem democracia, discriminatório e racista

Numa tentativa de burlar a instituição das cotas raciais, o Pimesp instituiu um curso preparatório de dois anos com uma parte à distância para estudantes da rede pública entrarem nas universidades estaduais paulistas.

“O projeto foi feito na calada da noite; nunca foi discutido em nenhum fórum conjunto com o movimento negro. Durante todo o ano de 2012, houve diversas oportunidades: tivemos uma audiência pública na Alesp, participamos dos conselhos universitários das três universidades. Na USP, houve a promessa por parte do conselho de que a discussão sobre cotas se aprofundaria”, afirma Silvio Almeida, presidente do Instituto Luiz Gama e doutor em Filosofia do Direito na Universidade de São Paulo. Segundo o advogado, o projeto do governo Alckmin é ilegítimo e inconstitucional por estabelecer uma diferenciação negativa ao prever que os alunos negros vindos da escola pública tenham que passar por um curso preparatório antes de ingressarem nas instituições de ensino superior estaduais. Essa moda-

lidade do Pimesp também é copiada do sistema de ingresso na Unicamp.

Em artigo publicado no jornal “Folha de S. Paulo” no dia 12 de janeiro, o também professor da Faculdade de Direito da USP, Marcus Orione, é enfático na crítica ao programa. “De forma elitizada, diz que negros e pobres somente podem fazer o curso desejado se considerados, com um esforço suplementar não requerido dos demais, suficientemente merecedores. Em geral, a elite paulista considera que merecem os provenientes de seu seio: jovens brancos, oriundos dos melhores colégios privados. Certamente que, entre pobres e negros, há pessoas que têm mais méritos. Aliados, em especial na perspectiva racial, não acessam os meios adequados para provar suas qualidades”.



Associação Pro Cotas do Estado de São Paulo

O fato de o governador ter anunciado o programa também vem sendo criticado como um ataque à autonomia das universidades. Além disso, o Pimesp desconsidera duas iniciativas que tramitam há anos na Assembleia Legislativa e têm respaldo das entidades de combate ao racismo.

### Deputados convocarão audiência pública

Os deputados estaduais Adriano Diogo e Alencar (PT), Carlos Giannazzi (PSOL) e Leci Brandão (PCdoB) se comprometeram a convocar uma audiência pública na Alesp, em março, para a qual serão chamados o Cruesp, o Secretário Estadual do Ensino Superior e o governador. Os parlamentares também buscarão articular a unificação dos PLs 530/2004 e 321/2012, além da retomada do Grupo de Trabalho sobre políticas de ação afirmativa no parlamento paulista.

## O Pimesp ponto a ponto

- **Reservará** progressivamente vagas nas IES paulistas para alunos oriundos de escolas públicas - 35% em 2014, 43% em 2015 e 50% a partir de 2016. Antes da entrada nas universidades esses alunos cursarão um curso superior de até dois anos. A forma de ingresso nesse curso será a nota do Enem ou do Saresp (avaliação estadual);
- **As cotas** terão critério social, e não racial. Dentro das vagas reservadas para a origem na escola pública, 35% serão para negros, pardos e indígenas e os outros 15% para deficientes;
- **O curso** preparatório será modular, conferindo di-

ploma sequencial (1,6 mil horas/aula) ou de tecnologia (2 anos). Ao final o aluno poderá desistir de entrar numa universidade e ficar com o diploma menos qualificado. Caso decida prosseguir os estudos, terá uma bonificação para ocupar apenas as vagas ociosas nos cursos universitários se tiver aproveitamento de 70% do curso preparatório;

- **O aluno** cotista com renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo receberá um auxílio financeiro de permanência no valor de meio salário mínimo (R\$ 339,00), menor que os atualmente praticados nos programas específicos da USP e da Unicamp.

**Cultura**

# Samba de raiz ao pé da árvore

**Roda de Samba anima tardes de domingo em Barão Geraldo e reflete sobre as matrizes culturais brasileiras com muita descontração.**

**Luciana Araújo**

Uma roda de samba debaixo da sombra das características Sibipirunas que arborizam as ruas de Barão Geraldo, muita animação, novos artistas e ícones do samba. Assim vem sendo as tardes dos primeiros domingos de cada mês desde outubro de 2011 no número 108 da esquina mais próxima da moradia estudantil da Unicamp. O Projeto de Samba Sibipiruna nasceu homenageando as árvores “que acolhem nossa investida ao Samba (com S maiúsculo). Simboliza, através das raízes, o próprio passado, lembrança daqueles que, de al-

guma forma, contribuíram para que estivéssemos juntos nas batucadas, cantando e fazendo Samba. O tronco representa a base, firmeza, segurança de nossas ideias e convicções. Os galhos significam as ramificações e a diversidade, a soma de muitos, respeitando-se as individualidades de cada um, resultando um coletivo coeso e diverso. Por fim, as folhas e frutos representam o futuro e a continuidade.” Esta definição, encontrada no blog do projeto, sintetiza a proposta do grupo criado por um grupo de amigos e que tem agregado seguidores.

“O objetivo inicial foi ter um espaço coletivo, aberto e demo-

crático, que fosse participativo e reunir os amigos para fazer samba. Muitas pessoas que encabeçaram o projeto passaram por Campinas ou pela Unicamp e perceberam que havia poucos lugares em Barão Geraldo onde existisse uma roda de samba aberta”, relata Leandro Ramos Pereira, estudante de Economia da Unicamp e um dos integrantes do projeto.

Os encontros mensais têm espaço para apresentação de composições autorais, homenagens a grandes nomes do samba, além da típica roda de samba aberta, momento mais descontraído onde toca-se de tudo um

pouco. Quem quiser apresentar suas criações pode enviar email ao grupo (ver box de serviço). Desde que o projeto foi criado já foram homenageados grandes nomes do samba de raiz, como Candeia, Noel Rosa, Cartola, Clementina de Jesus, e baluartes do samba paulista como Geraldo Filme e Toniquinho Batuqueiro.

As homenagens surgiram a partir da ideia de fazer algo para além de uma reunião de amigos e que tivesse como projeto defender o samba e valorizar essa expressão cultural. A inspiração veio do projeto paulistano ‘Samba de todos os tempos’, relata Leandro.



Divulgação

## **Resgate da cultura negra e combate à mercantilização**

O grupo se propõe ainda a discutir a mercantilização da cultura e a consequente desvinculação dos aspectos reflexivos e de resistência que o samba traz em sua genética, “a consequência da própria estrutura

social que a gente tem, da desigualdade, e a apropriação que a mídia e a classe dominante fazem da cultura popular”, conta Leandro. “O processo de profissionalização que o samba passa, e que é às vezes até uma necessidade de sobrevivência do sambista, cria uma outra realidade que é o fato das pessoas terem que

pagar para ouvir ou fazer samba. A gente tenta fazer algo totalmente aberto, não comercial, sem nenhum fim lucrativo. Ninguém recebe um centavo para estar lá”.

“O projeto tem a reflexão de que o samba tem uma origem popular, principalmente por influência da comunidade negra. A gente tenta

em vários momentos apontar esses elementos, do samba como uma manifestação cultural das classes menos privilegiadas e da raça negra. Dentro das nossas limitações, a gente tenta fazer uma reflexão e defender esse caráter de cor e de classe que tem o samba”, finaliza Leandro.

Apareça.

**Serviço:** O projeto Samba Sibipiruna acontece todo primeiro domingo do mês, a partir das 15 horas, no Bar Esquina 108 (Rua Júlia Leite de Barros, 108, Barão Geraldo, próximo à moradia estudantil). **Mais informações** em [www.projetodesambasibipiruna.blogspot.com.br](http://www.projetodesambasibipiruna.blogspot.com.br), ou grupo Projeto de Samba Sibipiruna, no Facebook, ou pelo email [samba.sibipiruna@hotmail.com](mailto:samba.sibipiruna@hotmail.com).

**PARTICIPE DA FORMULAÇÃO DO  
JORNAL DO STU**

A partir desta edição o Jornal do STU buscará trazer sempre em suas páginas notícias sobre manifestações culturais construídas e protagonizadas por servidores da Unicamp. Envie sua sugestão de pauta para [<imprensa@stu.org.br>](mailto:imprensa@stu.org.br)

**“Você é quem pode rasgar o caminho /  
e fechar a ferida / e achar seu justo momento /  
A razão de tudo aquilo que chamamos vida”**  
(Vida, Elton Medeiros)

## Feminismo

# Feminicídios cresceram 104% na região de Campinas entre 2008 e 2010

**Falta de informações, sociedade machista e medo levam milhares de mulheres à morte em decorrência da violência todos os anos \* Enfrentamento à violência é pauta prioritária do 8 de março deste ano**

**Luciana Araújo**

Dados da Secretaria de Segurança Pública apontam que em 2012 foram registradas 3108 agressões e 265 estupros em Campinas. Os dados estão subdimensionados, até porque a cidade tem apenas uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), com número reduzido de profissionais, que funciona em horário comercial e não atende nos fins de semana. A demora para registrar uma queixa ultrapassa cinco horas, como já noticiado pela imprensa local.

Ainda segundo estimativas da própria secretaria, 60% das mulheres vítimas de violência não denunciam o caso por medo ou vergonha, e pelo menos 51% conheciam os agressores e 30% têm parentesco com o autor da violência.

Entre 2008 e 2010 cresceu 104% o número de feminicídios na Região Metropolitana de Campinas, de acordo com o Mapa da Violência.

Em razão do crescimento das agressões sexistas em todo o país, neste ano, no 8 de março (Dia Internacional de Luta das Mulheres), o combate à violência contra a mulher será um dos temas centrais.

### **A violência sexista tem várias faces**

Por vezes as vítimas sequer sabem que têm direito à proteção legal contra agressões. Por isso, o **Jornal do STU** traz nessa edição algumas orientações sobre como identificar e o que fazer contra a violência sexista.

O Código Penal brasileiro já previa uma série de delitos que podem ser denunciados por mulheres. A Lei Maria da Penha (11.340/2006), além de tipificar também a violência doméstica (a mais comum no país), estabeleceu penas mais rigorosas. Embora ainda com limitações, especialmente no que diz respeito à sua implementação efetiva por falta de investimento dos poderes públicos, a lei foi uma conquista das mulheres.

É enquadrada na Lei “qualquer ação ou omissão que cause à mulher morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, dano moral ou material, praticada por homem ou mulher, com quem a vítima mantém ou

manteve relação de afeto ou familiar, independentemente de sua orientação sexual”. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo lista como exemplos empurrões, pontapés, tapas, socos; ameaças, perseguições, chantagens, humilhações, proibições de sair e trabalhar; relação sexual forçada, obrigar a mulher a se prostituir; proibição de tomar pílula ou ser forçada a não usar camisinha; subtrair, destruir, se apropriar ou queimar bens e documentos pessoais; xingar, acusar de traição ou espalhar mentiras a respeito da mulher.

Além da violência doméstica ou familiar, existe também aquela que acontece nos locais de trabalho ou no convívio social.

Um tipo muito comum e que na maior parte das vezes “passa batido” é o “machão” que conta vantagem sobre seu relacionamento com mulheres, muitas vezes de forma mentirosa, para se afirmar perante a cultura machista da sociedade em que vivemos. Muitas vezes a violência praticada pelo “machão” está associada ao assédio sexual, especialmente quando este não é bem sucedido. Quem já não ouviu falar do chefe ou colega de trabalho que, frustrado em suas ofensivas sexuais, espalha que a assediada é “louca”, “histérica”, “preguiçosa”, “promíscua”, etc? A maioria das mulheres não sabe, mas essa agressão pode ser tipificada como calúnia, injúria ou difamação.

Outra importante informação desconhecida por muitas mulheres é que na legislação brasileira não existe mais diferenciação entre abuso sexual e estupro. Todo ato sexual não consentido e cometido sob ameaça ou violência é considerado estupro. No caso de menores de 14 anos ou doente mental, o crime é tipificado como estupro de vulnerável - o que agrava a pena. Nos casos em que a vítima não tenha condições de consentir, o crime é de violação sexual mediante fraude e a pena varia de dois a seis anos.

Não importa a roupa que a mulher vestia, se estava alcoolizada ou se mantinha relacionamento com o agressor. O corpo da mulher não é um objeto que pode ser usado ou violentado e o Estado tem obrigação de proteger a sua integridade física e psicológica.

## Como enfrentar

- A primeira medida importante é não sentir culpa ou vergonha pela agressão sofrida. A vítima é você e o Estado tem obrigação de te proteger.
- Contar a parentes, amigos ou vizinhos pode ajudar, tanto para que haja testemunhas em caso de processo, como para coibir a ação do agressor.
- Comunicar o fato na delegacia mais próxima e exigir o registro da queixa em boletim de ocorrência, com descrição detalhada dos fatos. Se houver testemunha, peça que ela a acompanhe.
- Nos casos de ameaça, a vítima tem direito de exigir proteção policial contra o agressor.
- Caso os documentos sejam destruídos, a vítima deve providenciar novos o mais rápido possível.
- Nos casos de estupro, o boletim de ocorrência é necessário para assegurar a possibilidade de processar o agressor e o direito à realização de aborto, em caso de gravidez. A mulher tem direito a atendimento médico emergencial multidisciplinar em unidade especializada. E o B.O pode ser feito no próprio hospital. É também muito importante que a mulher não tome banho ou faça qualquer higiene íntima antes de ser examinada por um médico, para não eliminar a possibilidade de coleta do DNA do criminoso. Quanto antes ela procurar atendimento médico, maiores serão as chances de evitar contaminação por DSTs e gravidez.
- Se, diante da evidência do estupro, o médico se recusar a fazer o aborto, o fato deve ser levado ao conhecimento de um promotor público ou juiz criminal para que seja expedida autorização legal para a interrupção da gestação.
- É importante também procurar ajuda de grupos feministas e instituições que defendem os direitos da mulher.

## Onde obter ajuda

**Disque 180** - Central de atendimento telefônico 24 horas, mantida pelo governo federal, que recebe denúncias e dá orientações.

**Delegacia de Defesa da Mulher** - Av. Governador Pedro de Toledo, 1161. Atendimento de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18 horas. Tels.: 3252-5016 / 3242-5003.

**Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher da Unicamp (Caism)** - Acolhimento e atendimento médico multidisciplinar a adolescentes e mulheres vítimas de violência 24 horas. Site: [www.caism.unicamp.br](http://www.caism.unicamp.br). Tel.: 3521-9333

**Pronto-socorro infantil do HC** - Atendimento de urgência a crianças e adolescentes. Tel.: 3521-8770

**Programa Iluminar Campinas** - Atendimento multidisciplinar a vítimas de violência sexual e doméstica. Av. Anchieta, 200, 11º andar, Centro. Tel.: 2116-0781.

**Centro de Referência e Apoio à Mulher (Ceamo)** - Acolhimento e orientação jurídica a vítimas de violência. Rua Francisco Alves, 112, Botafogo. Tels 0800-7771050 ou 3236-3619.





# SUCESSÃO NA UNICAMP

**“Essa história de falar em só fazer o bem /  
Não convence ninguém quando o efeito não vem”**  
(A maioria sem nenhum, Elton Medeiros)

## Reitoráveis falam sobre projeto de Universidade e reivindicações da categoria



*Quatro momentos distintos da realização das entrevistas, que foram conduzidas por dirigentes das entidades representativas da comunidade universitária.*

*O Jornal do STU divulga nesta edição os posicionamentos expressos pelos candidatos à sucessão do reitor Fernando Costa sobre as principais pautas de reivindicações dos trabalhadores técnico-administrativos da Unicamp durante as entrevistas realizadas em conjunto pelo sindicato, a Adunicamp e o DCE no dia 29 de janeiro deste ano.*

*Conforme acordado com os reitoráveis, a divulgação do conteúdo se dá após o encerramento das inscrições para a consulta à comunidade universitária.*

*A íntegra das respostas de cada um dos candidatos e um vídeo com os melhores momentos estão disponíveis no site do sindicato na internet ([www.stu.org.br](http://www.stu.org.br)) e na fan page do STU no Facebook ([stu.unicamp](https://www.facebook.com/stu.unicamp)). Os temas pautados pela Adunicamp e pelo DCE devem ser divulgados por essas entidades, de acordo com os critérios pactuados para a realização do evento e respeitando a autonomia de cada um dos segmentos da comunidade universitária. Por isso, o STU publiciza neste momento apenas as questões formuladas sobre as demandas da categoria.*

*Durante os debates que serão promovidos pelas entidades, outros temas serão abordados. Os confrontos estão marcados para os dias 28 de fevereiro (em Campinas) e 5 de março (em Limeira). E o STU também solicitou aos concorrentes que se manifestem por escrito sobre cada um dos pontos da plataforma aprovada em assembleia da categoria em novembro do ano passado. As respostas serão divulgadas no site e no Facebook da entidade. Acompanhe.*

**“A sorrir / Eu pretendo levar a vida /  
Pois chorando / Eu vi a mocidade perdida”**

(O sol nascerá, Elton Medeiros)



## ISONOMIA

**Há um quadro de grande evasão e rotatividade entre os funcionários por conta das baixas expectativas de carreira e salário da Unicamp. Qual a sua proposta para implementar a isonomia dos pisos salariais com a USP?**

**SAAD** — É impossível fazer a isonomia de um ano para o outro. Nossa proposta prevê a isonomia em quatro anos, com crescimento do PIB de 3% ao ano. Isso significa que em alguns momentos, 2014, 2015, vamos ter a Universidade com 91%, 92% de comprometimento [orçamentário]. E isso precisa ser acordado no Conselho Universitário. Num certo momento, apertar o orçamento para andar atrás da isonomia vai fazer bem para a Universidade. Num certo momento, valorizar as pessoas mais do que a manutenção da Universidade vai ser bom.

**DE DECCA** — Quem diz que vai implantar o piso já, eu acho que é pura demagogia, porque é dar acréscimo salarial para uma das categorias da Universidade que vai onerar a folha de pagamentos em torno de 6%, 7%. Aqueles que dizem que vão fazer em quatro anos também têm problemas. Eu sou coordenador-geral da Universidade, o segundo cargo mais importante, e não sei em detalhe as condições orçamentárias, seja para atender a expectativa imediata da isonomia, seja em quatro anos. Então, peço que me deem um tempo para estudar.

**TADEU** — Minha proposta é reigular os salários com a USP. Essa isonomia salarial de base sempre foi muito cuidada pelo Cruesp. Infelizmente isso foi quebrado há dois anos, e num ano em que a Unicamp poderia ter acompanhado. 2011 é um ano em que a Unicamp dedicou 81% do seu orçamento à folha. Esse é um dos mais baixos comprometimentos da história da autonomia. Pode pegar a série histórica. Faltou, no nosso entendimento, vontade política e prioridade para isso. Há prejuízos institucionais grandes por causa disso.

**GEROMEL** — Defendo que não há motivo razoável e plausível para que os vencimentos dos funcionários e dos docentes sejam diferentes daqueles praticados nas outras duas universidades paulistas. Minha proposta é que esse problema seja analisado de forma a olhar não apenas as tabelas de vencimentos, mas os vencimentos globais de todos os docentes e funcionários das universidades, através do Cruesp, e, junto com as entidades, observadas essas diferenças, elas convirjam para a sua eliminação num prazo acordado por todos.



## SUPERSALÁRIOS

**Na última sessão do CONSU, o reitor Fernando Costa apresentou um estudo em que se calcula que um suposto docente titular, no teto de sua carreira, com todos os quinquênios, abono permanência e gratificações, chegaria a ter vencimentos da ordem de 32 mil reais. Ainda assim, o reitor, o Paulão e outros poucos servidores já tinham salários bem maiores que isso há dois anos. A disparidade é tanta que tinha funcionário com salário maior que 50 mil reais. Você se compromete a publicar a composição destes vencimentos, aparentemente inexplicáveis, e acabar com esta imoralidade?**

**SAAD** — Primeira coisa, não tem nada ilegal. Na Unicamp tudo acontece de maneira legal. Houve problemas no passado que foram corrigidos. Daqui para a frente, desvios que foram incorporados não serão mais. O que eu gostaria de discutir é que o funcionário que ganha menos na Unicamp, ganha X, o professor titular ganha 9 ou 10 X. Eu acho que isso é justo. Em qualquer sistema socialdemocrata no mundo a diferença entre o menor e o maior salário é de 8 a 10 vezes. O restante, não cabe ao reitor descumprir lei em cima de fazer moralismo. Eu defendo que gratificação não deve mais ser incorporada.

**DE DECCA** — Em primeiro lugar devemos ter muito cuidado com a questão salarial. Estamos na Universidade, alguns há 30, 35 anos, e nosso salário, a composição dele, só é melhor porque foram incorporados quinquênios, sextas partes, gratificações de funções. Se fôssemos nos basear exclusivamente nos salários base, estaríamos tão defasados no mercado que teríamos dificuldades até para manter nossas contas em dia. Temos que valorizar o funcionário e o professor. Querer condenar os professores porque eles podem vir a ganhar bons salários, acho um desserviço. Mas acredito que a transparência é um valor fundamental da democracia.

**TADEU** — Tranquilamente me comprometo em divulgar a composição salarial, mas não posso dizer que me comprometo a isso para acabar com uma imoralidade porque não sei se essa situação de imoralidade existe. Me comprometo a verificar todas as questões e, dentro de todo o arcabouço legal que existe sobre esse assunto, que nós possamos ter transparência. Aliás, entendo que há uma determinação legal de que isso seja uma informação disponibilizada pelos órgãos públicos e, portanto, devemos cumpri-la.

**GEROMEL** — A Universidade tem uma estrutura de pagamento que não é definida pelo reitor. Tenho absoluta certeza que esses salários ultrapassarem o chamado teto implica na decisão da Procuradoria Geral da Universidade. Como efetivamente deve-se interpretar e calcular o valor desses salários é uma decisão jurídica. O salário individual de cada um, a Universidade não deve invadir esse espaço. Essa é uma informação que as três universidades paulistas não estão obrigadas a fornecer, segundo o site da Transparência do Estado de São Paulo. A Universidade deve fazer tudo em função da existência de lei, e acho que está fazendo.



## DEMOCRACIA ■■■■■

**A atual reitoria, apesar de admitir formalmente que o trabalhador tem o direito a greve, trabalha da seguinte forma: não negocia, empurra os trabalhadores à greve (seu último recurso) e depois corta o ponto. Na greve 2010 houve processos criminais e administrativos contra 10 servidores. E na greve de 2011, parte dos trabalhadores que se mobilizaram tiveram uma dupla punição: o holerith zerado e estão até hoje sem férias. Você vai acabar com esta novidade, inventada pelo atual reitor, ou continuaremos tendo o mínimo de democracia na Universidade?**

**SAAD** — O que eu puder dialogar, vou dialogar. Vamos conversar para evitar a greve. Se chegar a ter que entrar em greve, vamos respeitar. A greve hoje é normatizada por lei. Vamos respeitar o que está na lei. Mas antes disso, vamos negociar. Essa é a minha prática. No sistema democrático, nem sempre você vai conseguir que suas ideias sejam vencedoras, mas você precisa ouvir e ser escutado com muito respeito. Eu entendo que o professor Fernando tem traços de personalidades que são completamente diferentes dos meus. Mais, estou disposto a criar um programa que vai se chamar ‘Universidade de Portas Abertas’, onde não vou conversar só com o sindicato ou com o DCE, vou conversar com o conjunto dos funcionários e dos estudantes. Vamos debater sobre carreira docente, sobre carreira de funcionários, moradia estudantil. Esses amplos debates, nós perdemos na Universidade. Aliado a programas culturais que nós queremos implantar, a gente quer viver um ambiente democrático nos próximos quatro anos.

**DE DECCA** — Se eu e a Cida estamos lutando por um novo modelo de Universidade, achando que os tempos estão mudando, a anistia é o primeiro ato que eu gostaria de ter se for eleito reitor. Se você não pacificar a Universidade, não mostrar a partir do seu gestor que você vai estender a mão e zerar um passado que nós temos o dever de nos responsabilizar por ele, todas as partes, essa ferida vai permanecer na Universidade. Nós temos que pensar numa anistia dentro da Universidade, chamar as entidades, negociar com elas um novo padrão de relacionamento. Até porque as entidades, até pela natureza do modelo de Universidade que se implantou não só na Unicamp, mas no Brasil, as entidades se esvaziaram. Uma universidade que prega um produtivismo exacerbado, um individualismo levado ao último extremo, não tem entidade coletiva que sobreviva. Esse modelo, que é muito aproximado ao regime das empresas, que hoje está precarizando o trabalho, vai esvaziando a Universidade naquilo que ela tem de melhor.

**TADEU** — Me sinto muito à vontade para responder porque não preciso de teoria, posso responder com a prática. Eu fui reitor de 2005 a 2009 e vice-reitor de 2002 a 2005. E tive essas questões todas nas minhas gestões. E em nenhum momento faltou diálogo, consideração, respeito pelas opiniões, compreensão de que a negociação é a melhor alternativa no momento de discutir questões de reivindicações e dissídio. Não há F3, F4 do período 2002-2009. Não há processos na justiça encaminhados pela minha gestão com base em movimentos sindicais ou reivindicatórios. Não há nenhum desconto de ponto da minha gestão para tratar questões dessa natureza. Acredito que essa demonstração prática, e não teórica, me permite dizer com muita tranquilidade que encaro essas questões como normais do dia-a-dia da Universidade. E o reitor jamais pode deixar de conversar com aqueles que representam essa comunidade: o sindicato, o Diretório Central, a Adunicamp, que também é um sindicato, ou os representantes nos órgãos colegiados que a Universidade possui.

**GEROMEL** — Eu discutirei à exaustão com todas as entidades para evitar que qualquer greve possa ocorrer no nosso meio. Ela não é boa, e acho que no ambiente universitário nós podemos estabelecer um diálogo que a evite. Agora, em certas situações as pessoas podem atuar de maneira que necessariamente a justiça deva ser chamada. Por exemplo, quando há a possibilidade de alguém cometer algum ato, e isso já ocorreu na Universidade, que eventualmente impeça a mobilidade de outras pessoas, que impeça que algum membro do Conselho Universitário entre, no momento de uma reunião, que eventualmente coloque em risco o patrimônio público que aqui existe. Isto eu acho que deve ser tratado no fórum correto. E o fórum correto pode ser aquele inclusive de fora da Universidade, por exemplo, da Justiça do Trabalho ou da justiça comum.



## DISPARIDADES SALARIAIS ■■■■■

**Nossa Constituição estabelece o que deve ser o menor salário pago a alguém. O DIEESE (uma instituição que compõe o Conselho Universitário, ou seja, que a Universidade reconhece) calcula esse valor hoje na ordem de R\$ 2.400,00. Tanto quem entra no nível fundamental, como no nível médio, ganha menos que isso. Cerca de metade dos trabalhadores da Unicamp ganham menos do que aquilo que a Constituição estabelece como mínimo para se viver calculado pelo DIEESE. Como resolver essa questão?**

**SAAD** — Procurarei seguir o que o DIEESE faz. Mas isso não depende só de uma atitude do reitor. Isso é uma política que pode prever. E eu tenho certeza de que a isonomia passa por isso. A isonomia prevê basicamente uma subida no piso, porque a grande diferença é no piso. A ideia é reduzir essa diferença [entre os vencimentos de um professor titular e um funcionário em início de carreira]. Se a diferença hoje é 9, 10 vezes, a ideia é não ampliar, pelo contrário, é reduzir aumentando o piso. Acho que o piso está baixo e precisa ser aumentado.

**DE DECCA** — Se eu, em todas as pesquisas que faço, em toda a dedicação que eu tenho à questão trabalhista no Brasil, sou absolutamente contrário a essas disparidades, acho que tem que fazer ajustes. Tem que pensar a Universidade com um outro padrão de gestão porque esse está superado. Os tempos estão mudando. A gente tem que ter coragem de pensar novas formas de convívio dentro da Universidade.

**TADEU** — Há duas ações que acredito são importantes nesse sentido. Primeiro que os nossos salários mais baixos estão com uma defasagem significativa em relação à comparação que nós podemos fazer, que é com a USP. Eles precisam ser elevados e essa diferença não é pequena. Isso já produziria uma situação um pouco melhor para os salários mais baixos. Na outra ponta, existe um teto que precisa ser cumprido – embora ele tenha uma certa injustiça com os Estados porque o teto federal é significativamente maior que o teto estadual.

**GEROMEL** — Permitir com que a Universidade seja gerenciada de tal forma que os seus funcionários e os seus docentes tenham os melhores salários é um dos objetivos de qualquer empregador, em particular da Universidade. Nós temos que ter um corpo funcional que efetivamente consiga dar o máximo de si numa atividade absolutamente estratégica para o país. É assim que eu vejo a educação, a ciência. Nós trabalhamos em algo estratégico que deve ser bem remunerado, dentro das possibilidades do nosso orçamento e da sua execução orçamentária de forma sadia.



**“O sol vestiu terno de linho e chapéu Panamá /  
e brilhou bem mais feliz / quando Leila Diniz foi cabocla de Yemanjá /  
Clara manhã do País, que rompia os Brasis feito Ogum-beira-mar”**

(Mais feliz, Elton Medeiros)

## 30 HORAS NA SAÚDE

*Em 2006, os funcionários da área de saúde foram surpreendidos com um aumento de um terço da jornada de trabalho, sem aumento dos salários. Esta medida teve influência direta no aumento do stress e do adoecimento do quadro funcional, composto por uma maioria de mulheres. Você se compromete com o restabelecimento da jornada de 30 horas semanais? Ou, como no caso da enfermagem, prefere manter a mesma postura da reitoria Fernando Costa e esperar que o Congresso Nacional nos obrigue à redução da jornada?*

**SAAD** — As pessoas foram surpreendidas por uma ação do Ministério Público. A Universidade foi obrigada a fazer um acordo onde assinou o reitor e o presidente do sindicato. O reitor era o professor Tadeu e o presidente do sindicato era o nosso amigo Kiko. Quando se manda cumprir a lei, tem que cumprir. Nós vivemos num regime democrático. E não cabe a um candidato fazer populismo e vir aqui dizer que vai criar o melhor dos mundos sem possibilidade legal. Seria iludir as pessoas. E eu não vou fazer isso. O reitor tem que tomar muito cuidado para que tome atitudes corretas, humanistas, muito bem intencionadas, mas que também tenham base legal. Por exemplo, para o Serviço Social nós temos uma lei. Respeitamos as 30 horas, não tem problema nenhum. O problema é que se eu passar a Enfermagem para 30 horas, o Ministério Público vai dizer ‘ou se reduz o salário para 30 horas também’, e aí as pessoas não querem, ‘ou se mantém como está e não se mexe no salário’. Eu acredito nas 30 horas, apoio, acho que está corretíssimo e gostaria de ter segurança jurídica para aplicar. Com segurança jurídica, vou aplicar. No momento, não há segurança jurídica para se aplicar o regime de 30 horas.

**DE DECCA** — A demanda quanto à reivindicação das 30 horas, eu considero muito justa, porque o trabalho nos hospitais é bastante exaustivo e, por outro lado, de um stress não só físico, mas também psíquico muito grande. Estamos lidando com vidas, e não é trivial lidar com vidas humanas. Então, se depender da minha vontade, eu daria aos trabalhadores condições de trabalhar o número de horas que de fato sejam justas para eles. Se existem limitações jurídicas, devo dizer que eu acompanho essas limitações e acho que a Unicamp tem representatividade no cenário político da sociedade para levantar essa voz se ela julgar importante. Acho que a Unicamp tem que ser protagonista do processo político brasileiro, que não temos sido ao longo da última década. Essa última década fez com que a Unicamp se recolhesse ao seu interior.

**TADEU** — Primeiro é importante lembrar que essa alteração de jornada que a Unicamp procedeu no final de 2005, começo de 2006, foi feita por uma determinação do Ministério Público do Trabalho. Houve uma sentença determinando à Unicamp que revisse a jornada de trabalho da área da saúde. Qual era o fundamento dessa decisão? A Unicamp tem contratos de 40 horas e as pessoas estavam trabalhando um número de horas menor que o especificado em contrato. Então, a questão central que se coloca é adequar os contratos de trabalho que as pessoas da área da saúde têm com a realidade da jornada que elas precisam executar. Essa é a solução do problema. Nós estamos propondo claramente no nosso programa fazer essa adequação dos contratos de trabalho para o regime de 30 horas. É perfeitamente possível para a Unicamp fazer isso, desde que exista concordância de cada um dos funcionários. Reduzir o contrato de 40 para 30 horas é perfeitamente legal e possível. E para que não haja redução salarial, há necessidade de adequar o enquadramento na carreira dessas pessoas. Isso também é perfeitamente legal e possível porque quem define o enquadramento de cada funcionário é a própria instituição. Essa proposta foi feita em 2005, mas não houve acordo na ocasião.

**GEROMEL** — A atividade da área da saúde, em particular da Enfermagem, é extremamente difícil. Eu reconheço, e acredito que todos nós reconhecemos, que o trabalho no limite de 30 horas deve ser adequadamente estabelecido. Eu concordo, e acho que isso deve ser dito explicitamente, que a jornada de 30 horas é correta. Entretanto, também é preciso salientar que toda a administração, não só da Unicamp, mas de todo esse país, está debaixo, de maneira salutar, às decisões do Congresso Nacional e em particular

das nossas leis. Acho importante que a Unicamp faça todo o esforço que ela pode junto aos nossos deputados, aqueles que tomarão essa decisão. Porém, ela observará, no meu entender, aquilo que for decidido. De minha parte, eu reconheço que de fato esta categoria deveria ter sim a jornada reduzida.

## DEDIC

*Dando continuidade à pauta das mulheres, você pretende dar cabo ao processo de certificação da DEDIC como equipamento de educação junto ao MEC? Isto já garantiria a jornada de 30 horas também para as professoras.*

**SAAD** — Perfeito. Estive vendo as reivindicações tanto dos funcionários como do pessoal da DEDIC, que é uma área que vai merecer uma atenção especial. Ela já tem merecido, mas sempre essas áreas importantes e que crescem merecem cada vez mais atenção especial. Algumas reformas vão precisar ser feitas lá. E essa questão é uma que eu considero fundamental. Nós temos que encarar ali não só como uma área de receber as pessoas e de lazer para as crianças, mas como uma área de educação infantil. Nesse sentido, eu vou querer fazer o credenciamento no MEC sim. Acho que isso é correto, defendo, vou apoiar e vou andar atrás disso. Se precisar aumentar [o número de] funcionários lá, vai aumentar. O que precisar, vai ser feito. Acho que é uma área essencial, porque as pessoas tendo os filhos muito bem cuidados vão trabalhar com mais tranquilidade.

**DE DECCA** — Eu só acredito num regime de trabalho que faça do trabalhador um sujeito da sua própria responsabilidade. E ele só pode ser sujeito das suas próprias funções se estiver submetido a um regime de trabalho justo. No DEDIC, assim como na área de Enfermagem, do meu ponto de vista a Unicamp tem que voltar a ser uma figura importante no cenário político nacional. Nós não somos uma universidade qualquer. Se não formos nós a direcionar políticas públicas, se os nossos núcleos de centro de estudo e faculdade não forem capazes de definir novas políticas públicas da sociedade brasileira, qual é a razão de ser da nossa universidade? Quero que essa universidade se volte para fora, essa nossa campanha e nosso blog tiveram essa intenção: colocar os problemas da universidade para toda a sociedade.

**TADEU** — As creches, o CECI e a CAS são educação infantil. Faço questão de frisar isso porque há documentos, assinados inclusive pela DGRH, que ‘esclarecem’ aos funcionários que ali não se faz educação infantil. Eu tenho total discordância desta observação. Ali se faz, sim, educação infantil. E se estamos falando de educação infantil, estamos falando de professores, que precisam de formação continuada. Isso inclusive é lei. E os nossos professores do CECI, CAS e Prodecad não têm educação continuada, que se faz em serviço e, portanto, há que se disponibilizar horários para que isso ocorra. Essa é uma questão que acho prioritária. Quanto à questão do vínculo – com a Secretaria da Educação Municipal, com o Estado ou com o próprio MEC –, essa é uma questão fundamental para que o projeto político pedagógico exista.

**GEROMEL** — Me comprometo. Acho que, efetivamente, o trabalho de formação e de educação, em particular das crianças, é absolutamente essencial e estratégico no nosso país. Acho que a Universidade deve reconhecer sim o DEDIC como uma atividade com este fim. E digo mais, deve ter relação muito íntima com os profissionais que temos na Faculdade de Educação. Isto é correto e será feito dentro desses parâmetros. Todas essas atividades que envolvem o ensino acho que devem ser protegidas por esse preceito. Uma pessoa que trabalha com crianças, é importante que trabalhe de maneira descansada para que efetivamente ensine. E, portanto, eu acho que também para esse conjunto de profissionais as 30 horas devem ser algo estabelecido.